

A família na exata medida

Rafael Wallace



Rosilane, com os filhos e a sobrinha que ajuda a criar: direito de controlar o número de filhos lhe foi negado no hospital

Rosilane de Almeida teve seu primeiro filho aos 16 anos. Hoje, com 27, três filhos, e sem condições financeiras para criar mais crianças, ela decidiu ligar as trompas. “Não tenho condições de saúde para engravidar outra vez. Perdi dois filhos, gêmeos, aos quatro meses de gestação”, conta. Rosilane procurou um hospital particular, conveniado ao Sistema Único de Saúde, em Belford Roxo, para realizar a laqueadura gratuitamente. Os médicos a encaminharam para grupos de debate sobre planejamento familiar e requisitaram exames. Depois de fazer o que lhe foi pedido, Rosilane foi a uma nova consulta com o médico. “Ele disse

que eu era muito nova, e que não ia fazer”, lamenta.

Segundo a pesquisa Perfil das Mães Brasileiras (2005), da Fundação Getúlio Vargas, 80% das mulheres maiores de dez anos residentes no estado do Rio são mães. A falta de orientação e informação sobre a maternidade preocupa os parlamentares, que elaboraram projetos de lei que procuram minimizar os efeitos de uma gravidez precoce ou indesejada. Seja diminuindo a idade mínima para a realização de laqueadura ou reforçando a lei federal, o debate está aberto e ainda distante de alcançar um consenso.

PÁGINAS 4 e 5

Alerj rende homenagens ao Volta Redonda

PÁGINA 2

Comissão comemora o Dia do Consumidor

PÁGINA 3

Deputados recebem denúncias contra militares

PÁGINA 7

Alerj homenageia 30 anos do Voltaço

NO EVENTO, O PRESIDENTE PICCIANI RESSALTOU A IMPORTÂNCIA DE LEVAR A ASSEMBLÉIA AO INTERIOR DO ESTADO

GEIZA ROCHA

A sessão solene que homenageou os 30 anos do Volta Redonda Futebol Clube (Voltaço) na segunda-feira, dia 13, na sede da Associação Comercial de Volta Redonda (Aciap) pode ser a primeira de muitas outras realizadas no interior do estado do Rio. É que tramita na Alerj proposta de emenda constitucional 32/04, de autoria do deputado Luiz Paulo (PSDB), que permite a realização de reuniões itinerantes da Assembléia Legislativa. A mudança na Constituição permitirá que os deputados realizem sessões deliberativas fora da capital. “A partir da aprovação da emenda, poderemos realizar não só sessões comemorativas, como esta que presido, mas também sessões para debater projetos e questões de interesse da população do interior do estado”, explicou o presidente da Alerj, deputado Jorge Picciani (PMDB), que pretende voltar ao município para discutir a privatização da Rodovia Lucio Meira (BR-393). “Criamos uma comissão especial para acompanhar este tema na Alerj. O Governo federal não está conduzindo este processo com transparência e, na última audiência realizada no Rio, muitas indagações feitas pela comissão não foram respondidas pelos representantes



Rogério Loureiro, Nelson Gonçalves, Jorge Picciani e Deley de Oliveira, na solenidade

do Governo”, apontou o presidente.

A homenagem ao Voltaço, presidida pelo deputado Jorge Picciani, foi sugerida pelo deputado Nelson Gonçalves (PMDB), que ressaltou a importância do clube na história da cidade e homenageou com a Medalha Tiradentes o atual presidente, Rogério Loureiro. “Loureiro conciliou mostrar que, além de um grande empreendedor, é também apaixonado pelo clube”, ressaltou o parlamentar. Os jogadores que fizeram parte do primeiro time do Voltaço, como Zé Maria, Fernando, Paulo César Espanta Neném, Adelmo,

Carrapeta, Manú e Moreno, foram convidados para integrar a mesa, durante a sessão. No fim do encontro, Picciani, que é botafoguense, foi presenteado com uma camisa do Voltaço. “Estou muito feliz por saber que numa possível final entre Botafogo e Voltaço, serei vencedor qualquer que seja o placar”, afirmou o presidente da Alerj. Estiveram presentes à homenagem o deputado federal Deley de Oliveira (PSC), o vice-prefeito, Nelsinho Gonçalves, e o presidente da Câmara de Vereadores, Washington Granato (PSB), entre outros.

Expediente

Publicação semanal do Departamento de Comunicação Social da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

PRESIDENTE:

JORGE PICCIANI

1º Vice-presidente:

Heloneida Studart

2º Vice-presidente:

José Távora

3º Vice-presidente:

Pedro Fernandes

4º Vice-presidente:

Fábio Silva

1ª Secretária:

Graça Matos

2ª Secretária:

Léo Vivas

3ª Secretária:

Marco Figueiredo

4ª Secretária:

Aparecida Gama

1º Suplente:

Leandro Sampaio

2º Suplente:

Eliana Ribeiro

3º Suplente:

Nelson Gonçalves

4º Suplente:

Acárisi ribeiro

Jornalista responsável:

Fernanda Pedrosa (MT-13511)

Coordenadora:

Fernanda Galvão

Repórteres:

Geiza Rocha

Luciana Ferreira

Pedro Motta Lima

Estagiários:

Amanda Révész, Augusto Carazza,

Clarisse Bretas, Dafne Capella,

Liliana Dias, Luciana Mendes,

Marcela Maciel, Phelipe Cruz,

Thayssa Plum

Fotógrafo:

Rafael Wallace

Diagramação:

Marcelo Frauches

Coordenação Gráfica:

Aranha / Gráfica Alerj

Montagem:

Bianca Marques e Rodrigo

Graciosa

Tiragem:

2 mil exemplares

Tel: 2588-1404/1383 Fax: 2533-6786

site: www.alerj.rj.gov.br email: dcs@alerj.rj.gov.br

Rua Primeiro de Março s/nº sala 506 - 20010-000 - Rio de Janeiro - RJ

FRASES DA SEMANA

“Se o servidor público não tiver a estima e a consideração do Poder Legislativo e do Poder Executivo, nós não vamos chegar a lugar algum.”

Luiz Paulo (PSDB), defendendo a aprovação do plano de cargos e salários dos funcionários da Fundação Leão XIII



“Foi esse jornal que, pela primeira vez, estampou nas suas páginas: ‘O garoto-dinamite explode no Maracanã.’ Aí surgiu a marca que me acompanha.”

Roberto Dinamite (PMDB), comemorando os 75 anos do *Jornal dos Sports*

“Isso não é verdade. Isso não procede. Isso nunca aconteceu e nem vai acontecer, porque o Exército Brasileiro não fará acordo com criminosos!”

Caetano Amado (PL), reagindo às suspeitas de que o Exército tivesse firmado acordo com o narcotráfico para reaver as armas roubadas do Estabelecimento Central de Transportes

Celebração de conquistas do cidadão

EM SOLENIDADE PELO DIA DO CONSUMIDOR, COMISSÃO COMEMORA NÚMEROS DE ATENDIMENTOS FEITOS PELA CASA

LUCIANA MENDES

Comemorar não só o Dia do Consumidor, como também os 15 anos do Código de Defesa do Consumidor e o crescente número de atendimentos da comissão da Casa, foi o objetivo da solenidade promovida pela Comissão de Defesa do Consumidor da Alerj, no dia 15. Durante o evento, a presidente da comissão, deputada Cidinha Campos (PDT), explicou que o País vive um momento de satisfação, não apenas pela compreensão do Código pelos cidadãos, mas também pela conscientização das empresas prestadoras de serviços. “Hoje os fornecedores já estão mais cientes de suas responsabilidades, talvez por medo das reivindicações de seus clientes. O importante é que as empresas prestem o serviço de assistência ao consumidor”, declarou a parlamentar.

Segundo dados apresentados pela deputada, os atendimentos prestados pela comissão, através do Disque-Defesa do Consumidor (0800 282 70 60) e do Ônibus, têm crescido de forma surpreendente: em 2003 foram feitos mais de cinco mil atendimentos e, em 2005, cerca de 14 mil cidadãos reclamaram seus direitos à comissão, que mantém um índice de 83% na solução dos casos. Cidinha também anunciou as empresas campeãs de reclamações junto à comissão. Em primeiro lugar encontra-se a Telemar, seguida da Light, Ceda, Vivo, Banco Múltiplo, Claro, Fininvest, Ampla, Credicard e Banco Itaú. Para a pedetista, a união dos poderes é fundamental para garantir os direitos dos consumidores fluminenses. “Trabalhar unido é possível, mesmo divergindo no pensamento político”, acrescentou.

A tese foi defendida também pelo secretário estadual de Defesa do Consumidor, Sérgio Zveiter. Segundo ele, a participação do Legislativo é fundamental para assegurar o cumprimento das regras preconizadas no Código. “O exemplo que a Assembléia tem dado é elogiável. Por todas as iniciativas, entendemos que hoje podemos, realmente, comemorar o Dia do Consumidor”, afirmou. Vice-presidente da comissão e autor da Lei 3.768/02,



Para Cidinha Campos, hoje as empresas têm medo das reivindicações de seus clientes

Comissão divulga campeões de reclamações e bancos alvos de liminar contra propaganda

A Comissão de Defesa do Consumidor da Alerj conseguiu, junto à Justiça federal, liminar que determina o esclarecimento, aos aposentados, de todos os detalhes sobre empréstimos consignados. A decisão deve ser cumprida pelas seguintes instituições bancárias: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Cacique, Losango, Banco BMG, Banco Cruzeiro do Sul, Banco BGN, Paraná Banco, Banco BVA, Banco Rural, Banco Alfa, Sudameris do Brasil, Banco Panamericano e Banco Pine.

1- Telemar	1.846 (13%)
2- Light	837 (6%)
3- Ceda	638 (4,5%)
4- Vivo	538 (3,8%)
5- Banco Múltiplo	436 (3%)
6- Claro	380 (2,7%)
7- Fininvest	304 (2%)
8- Ampla	262 (1,9%)
9- Credicard	261 (1,8%)
10-Banco Itaú	249 (1,7%)

que instituiu o dia 15 de março como o Dia do Consumidor no estado, Paulo Melo (PMDB) reafirmou a necessidade dos cidadãos conhecerem a legislação prevista no Código, já que em 99% dos casos de litígio as decisões são favoráveis ao reclamante.

O parlamentar também criticou o sistema financeiro nacional: “Os bancos estão sempre violando as leis que resguardam os direitos do consumidor, e isso se dá através da cobrança de taxas, sem o conhecimento do cliente”. A comissão, que

moveu ação contra 15 bancos, incluindo a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, conseguiu uma liminar suspendendo a propaganda e obrigando o esclarecimento eficiente, aos aposentados, sobre os empréstimo consignados. Os bancos terão, também, que afixar em local visível as informações constantes no Roteiro Técnico elaborado pelo INSS, que define os direitos e deveres do mutuário. A decisão, válida em todo o território nacional, prevê multa diária de R\$ 50 mil em caso de descumprimento.

Deputados trabalham para que mulheres possam planejar a família

Projetos reforçam a importância de cumprir a lei federal

GEIZA ROCHA E THAYSSA PLUM

Simone Medeiros teve seu primeiro filho aos 19 anos. Ao engravidar do terceiro filho, com 29 anos, teve que ser internada duas vezes por problemas de pressão alta, e decidiu que queria ligar as trompas. “Se engravidasse mais uma vez, estaria colocando a minha vida e a do bebê em risco, além disso não teria condições de sustentar mais filhos”, conta Simone, que é babá e mora em Belford Roxo, na Baixada Fluminense. A médica encaminhou Simone para a assistente social, que disse que, para realizar a laqueadura logo após o parto, seu marido teria que assinar um termo, ela teria que ir a três palestras e entrar na fila de espera. “No estado em que estava, passando mal, não poderia fazer isso”, disse. Hoje, Alexander tem um mês de vida. “Agora, se quiser ligar, vou ter que passar por esse longo processo, que toma muito tempo de uma mãe com três filhos pequenos”, diz.

Simone é uma das mulheres que enfrenta dificuldades em planejar a sua família e realizar a laqueadura gratuitamente nos hospitais públicos. Atentos ao problema, os parlamentares elabora-

ram projetos de lei que visam a facilitar o planejamento familiar. Apesar de constituir assunto polêmico entre os deputados, todos os projetos têm um objetivo comum: informar e orientar homens e mulheres sobre como planejar a sua família de acordo com o seu desejo e suas condições financeiras.

Segundo a pesquisa Perfil das Mães Brasileiras (2005), da Fundação Getúlio Vargas, durante o período de 1970 a 2000, a taxa de maternidade subiu de 49,32% para 60,89%, e a fecundidade das mulheres nas favelas cariocas é duas vezes maior do que nos bairros de renda mais alta. Na faixa de 15 a 19 anos, a fecundidade também aumentou, ou seja, houve agravamento da gravidez precoce. A Lei federal 9.263/96, conhecida como a lei do planejamento familiar, só permite a esterilização voluntária em estabelecimentos de saúde públicos ou privados em homens e mulheres maiores de 25 anos e com, no mínimo, dois filhos. No Estado do Rio de Janeiro é possível encontrar programas de planejamento familiar nos postos de atendimento municipais. Mas a situação está longe do ideal.

Preocupado com o quadro de gravidez precoce, principalmente nas comunidades de baixa renda, Flávio Bolsonaro (PP) elaborou o projeto de lei 1.700/04, que torna a ligadura de trompas e a vasectomia gratuitas nas unidades vinculadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) para homens e mulheres maiores de 18 anos e

com, no mínimo, um filho. “Dados do Ministério da Saúde afirmam que 51,1% dos nascidos vivos são de mães com menos de 24 anos. Há muitas mulheres com 18 anos que já têm dois filhos, e outro a caminho”, justifica. Além da esterilização voluntária, o parlamentar defende o acesso a outros métodos anticoncepcionais. “É preciso que o poder público seja mais presente”, defende.

A presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, deputada Cida Diogo (PT), é contra a diminuição da idade para a realização da laqueadura. “Esterilizar uma mulher aos 18 anos é uma agressão ao organismo. O que determina a lei federal foi fruto de debates e estudos bem elaborados pelo Ministério da Saúde”, argumenta. O deputado Caetano Amado (PL), bispo da Igreja da Graça de Deus Nação Santa, também é a favor da esterilização voluntária nos termos da lei federal. “Uma família menor possibilita melhores condições de vida para as crianças”, acredita.

A assessoria da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro confirmou que, para realizar a laqueadura imediatamente após o nascimento do bebê, as mães precisam assinar um termo pelo menos 70 dias antes da sua realização e assistir às palestras. Ainda segundo a assessoria, nos casos de laqueadura sem gravidez, a demanda é muito grande, o que ocasiona filas de espera. Para amenizar o problema, a secretaria está elaborando um projeto para aumentar as vagas.



Simone queria ter só um filho. Aos 29 anos, com três, sonha em realizar a laqueadura e dar melhores condições à prole

Para especialistas, o melhor caminho é a educação

Para a psicóloga sanitária Lidiana Carpolano, a esterilização precoce pode levar ao arrependimento da mulher, “pois ela pode conhecer outro homem, ou perder os filhos que tem e querer ter outros”, explica. Segundo a psicóloga, que está elaborando uma pesquisa sobre o acesso ao planejamento familiar, ele não deve se limitar às mulheres e à contracepção. “É preciso que os homens também participem, e que os dois conheçam o seu corpo. Uma vez, uma mulher me disse que, até o momento do parto, não sabia por onde seu filho ia nascer”, exemplifica. Ela defende que a laqueadura só deve ser feita, sendo a gravidez de alto risco ou não, após a mulher frequentar os grupos de debate oferecidos nos estabelecimentos públicos de saúde. “Há outros métodos eficazes além da ligação de trompas”, sustenta.

A pesquisadora afirma que a lei do planejamento familiar surgiu justamente para impedir a esterilização em massa. “As pessoas pensavam que as altas taxas de natalidade estavam intimamente ligadas à pobreza e ao subdesenvolvimento no país. Houve casos de mulheres que foram esterilizadas após o parto sem serem consultadas. E hoje isso é proibido”, afirma.

O presidente da Comissão de Saúde da Alerj, deputado Paulo Pinheiro (PPS), destaca que não é a favor do controle da natalidade, mas da orientação que o planejamento familiar envolve. “A Lei federal 9.263/96 é completa, porque inclui, além das condições para a realização da esterilização, ações preventivas e educativas, informando sobre os métodos disponíveis para a regulação da fecundidade. No entanto, ela precisa ser implementada em sua totalidade, e isso exige um envolvimento das três esferas de poder: municipal, estadual e federal”, sustenta.

Preocupada com o cumprimento da lei federal, a presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, deputada Cida Diogo (PT), elaborou o projeto de lei 315/03, que reproduz a determinação nacional. “Ao estabelecermos o que propõe a lei federal em âmbito estadual, teremos muito mais força para argumentar politicamente, cobrando os serviços dos órgãos competentes”, explica. A parlamentar também é a favor da educação sexual nas escolas, a partir da puberdade. “Como médica e mulher, tenho observado a necessidade cada vez maior de orientar o adolescente desde cedo sobre o seu corpo e como ele funciona”, defende.

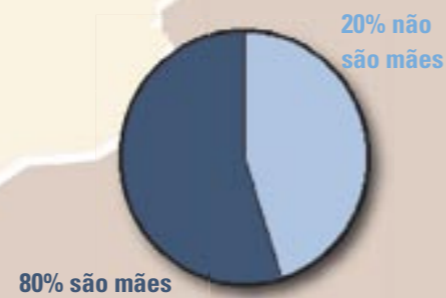
Das mulheres maiores de 10 anos de idade residentes no estado do Rio de Janeiro



Das mulheres desempregadas e maiores de 10 anos de idade residentes no estado do Rio



Das mulheres com menos de um ano de instrução, maiores de 10 anos de idade e residentes no estado do Rio



EM DEBATE: A MANUTENÇÃO DA VERTICALIZAÇÃO É POSITIVA PARA O PAÍS?

EDSON ALBERTASSI

DEPUTADO ESTADUAL PELO PMDB

Respeito às diferenças

Rony Maltz

A sociedade civil, alguns políticos e grande parte da imprensa estão discutindo, de forma equivocada, a obrigatoriedade que os partidos terão de repetir nos estados as alianças políticas nacionais, a chamada verticalização. A discussão não deve se ater sobre que forças sairão vencedoras, mas sim sobre se este tema fere ou não os princípios da democracia, uma vez que parece que está se tratando o eleitor como se o mesmo não soubesse discernir candidatos e alianças e precisasse de normas específicas para fazê-lo.



Este assunto não deveria ser tratado em ano de eleição, onde qualquer desfecho será considerado manobra política, oportunismo eleitoral ou casuismo. A decisão final deve ser fruto de um amplo debate, que independente da visão partidária, tenha como objetivo o enriquecimento da política brasileira.

O Brasil é um país de dimensões continentais e peculiaridades regionais. Acredito que os 26 estados e o Distrito Federal não podem ser submetidos a coligações nacionais que nem sempre correspondem à sua expressão política, cultural e histórica. Por exemplo, há diferenças econômicas e sociais visíveis entre os estados do Sul e do Norte. Como escreveu o deputado federal Roberto Freire (PPS-PE), em seu artigo “Pelo fim da verticalização”:

“Há diferenças visíveis entre os estados do Sul e do Norte”

“Não entender a diversidade do País é demonstração clara de autoritarismo e, no caso da verticalização, sob o discurso da democracia e do fortalecimento dos partidos.”

Política é dinâmica. Negociações e acordos de interesses regionais que acomodem as forças políticas locais fazem parte da vida política do nosso país e da essência democrática do pluripartidarismo. Esta opinião está também expressa no voto do Ministro Marco Aurélio de Mello, proferido no TSE, quando este defendeu a revogação da regra da verticalização, ao considerar que ela engessa a política, vai contra a liberdade própria do estado democrático e conflita a autonomia dos partidos, que devem ser soberanos em suas decisões.

ANDRÉ CORRÊA

DEPUTADO ESTADUAL PELO PPS

Camisa-de-força

Augusto Carazza

Verticalização é o nome da discutível interpretação com a qual o Tribunal Superior Eleitoral batizou a Lei 9.504/97, às vésperas do pleito de 2002. Naquela ocasião, mesmo com divergências entre seus ministros, o TSE definiu que as agremiações que ajustassem coligação para eleição da Presidência da República não poderiam formar coligações para eleições regionais com outras que tivessem, isoladamente ou em aliança diversa, lançado candidato àquela primeira. Ou seja: a candidatura ao Planalto impunha de cima para baixo os rumos e interesses dos partidos com reflexos nos estados.



A Emenda Constitucional recentemente aprovada pelo Congresso Nacional extingue a obrigatoriedade dos partidos repetirem as alianças nacionais nas coligações estaduais, dando autonomia àqueles para que estabeleçam livremente suas coligações. Dias atrás, porém, o mesmo TSE manteve a verticalização.

Mês passado, quando proferiu seu voto divergindo da verticalização, o ministro Marco Aurélio Mello ponderou que obrigar a coligar é forçar o artificial. Já o voto proferido pelo ministro Sepúlveda Pertence ressaltou o entendimento que predominava entre a maioria dos estudiosos, juristas e pessoas de bom senso: o que a Lei Eleitoral disciplinava e exigia era obediência para as coligações ocorridas apenas dentro da mesma circunscrição, pois é evidente que a eleição para a Presidência da República é uma, e a dos governos estaduais e parlamentares, outra.

“A imposição de alianças regionais é evidente fisiologismo”

A rigor, a verticalização é uma camisa-de-força jurídico-eleitoral que beneficia a manutenção do eixo mais sólido do sistema político – que é aquele que gravita em torno do Congresso Nacional e do Palácio do Planalto. Já o eleitor sabe que o País tem dimensões continentais, e que existem divergências políticas praticamente inconciliáveis em todos os estados. Assim, a imposição de alianças regionais entre legendas incompatíveis, apenas para acomodar interesses federais é, além de evidente fisiologismo, subversão de regra natural de convivência que poderá resultar em milhões de votos brancos e de abstenções, como consequência de coligações surpreendentes ou incompreensíveis.

Militares são acusados de abusos

DEPUTADOS VÃO AO MORRO DA PROVIDÊNCIA APÓS OCUPAÇÃO DO EXÉRCITO E REGISTRAM QUEIXAS DE MORADORES



Geraldo Moreira, Leonardo Chaves e Alessandro Molon, durante a vistoria no morro

LÍLIAN DIAS

O presidente da Comissão de Direitos Humanos, deputado Geraldo Moreira (PMN), e o deputado Alessandro Molon (PT), também membro da comissão, estiveram, no dia 15, no morro da Providência, no Centro do Rio, para conversar com os moradores a respeito da ocupação do Exército, que esteve durante oito dias no local em busca do armamento roubado por traficantes de favelas do Rio. Recebido pela presidente da Associação de Moradores, Márcia Regina Alves, que relatou ter havido o assassinato de um adolescente, duas pessoas baleadas e cinco feridas com estilhaços disparados por armamentos do Exército, além de casas atingidas por disparos de fuzis, Moreira mostrou-se indignado quanto à situação em que encontrou o morro, afirmando que medidas precisam ser tomadas. “Convocaremos uma audiência pública na Assembléia Legislativa para dirimir essas dúvidas, pois acho que a sociedade quer saber e ter isso claro”, disse ele, referindo-se à necessidade de uma investigação mais minuciosa, para descobrir “quem destruiu o morro”: os traficantes ou o Exército, como argumentam os moradores.

Representantes dos governos federal e estadual estiveram presentes no local, junto ao secretário estadual de Direitos

Humanos, Jorge da Silva, para constatar denúncias de que os soldados do Exército praticaram abuso de poder, fazendo, inclusive, ameaças de morte e exigindo que as camisas dos moradores fossem levantadas, para saber se eram filmados durante a atuação. O secretário assumiu o compromisso de tentar ajudar quanto ao prejuízo material, como a perfuração das caixas d'água por projéteis, uma vez que “o prejuízo moral não se consegue solucionar”.

Durante a visita ao morro, compareceram também o procurador da República Fábio Aragão e o sub-procurador-geral da Justiça, Leonardo de Souza Chaves, que disse estar alarmado com os relatos dos moradores e com o que viu: “Eu entendo que é preciso aprofundar as investigações em defesa da própria democracia, que é o mais importante, e defender a democracia e a vida das pessoas que residem no morro, homens e mulheres de bem que foram atingidos e estão intimidados”.

O Exército ocupou o morro da Providência e outras favelas do Rio após o roubo de dez fuzis e uma pistola 9mm do Estabelecimento Central de Transportes (ECT), em São Cristóvão. De acordo com o Comando Militar do Leste, o material foi encontrado durante operação realizada na Rocinha, em uma construção abandonada conhecida como Esqueleto, na Estrada das Canoas.

CURTAS**Direitos das PPDs**

A presidente da Comissão de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiência, Georgette Vidor (PPS), participou, no dia 16, da 1ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência no Rio de Janeiro. O evento, realizado na Uerj, teve como objetivo discutir a inclusão das PPDs na sociedade brasileira. “A Alerj é precursora na questão da acessibilidade. Criamos o 0800 e vamos inaugurar, em breve, o primeiro ônibus totalmente acessível ao portador de deficiência”, afirmou.

Contra a violência

A Frente pela Livre Expressão Sexual, liderada pelo deputado Carlos Minc (PT), reuniu-se, no dia 14, para discutir as agressões praticadas contra um casal de homossexuais, há duas semanas, em Ipanema. “A impunidade é a mãe da violência”, afirmou Minc. Estiveram presentes o corregedor da Polícia Militar, coronel Paulo Ricardo Paul, e representantes da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT), além do assessor especial da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Ivair Augusto, e do secretário estadual de Direitos Humanos, Jorge da Silva.

Plano de cargos

Funcionários da Fundação Leão XIII reivindicaram a criação do plano de cargos e salários da instituição, no dia 14, e acompanharam a aprovação da indicação legislativa 787/06, de autoria da deputada Edna Rodrigues (PMDB), que pede à governadora Rosinha Garotinho a organização e reestruturação do quadro de pessoal da fundação. “Os funcionários estão, há 12 anos, sem reajuste. A indicação é um aviso de que precisamos de melhores condições para trabalhar”, disse a parlamentar.

ENTREVISTA SAMUEL MALAFAIA

DEPUTADO PELO PMDB

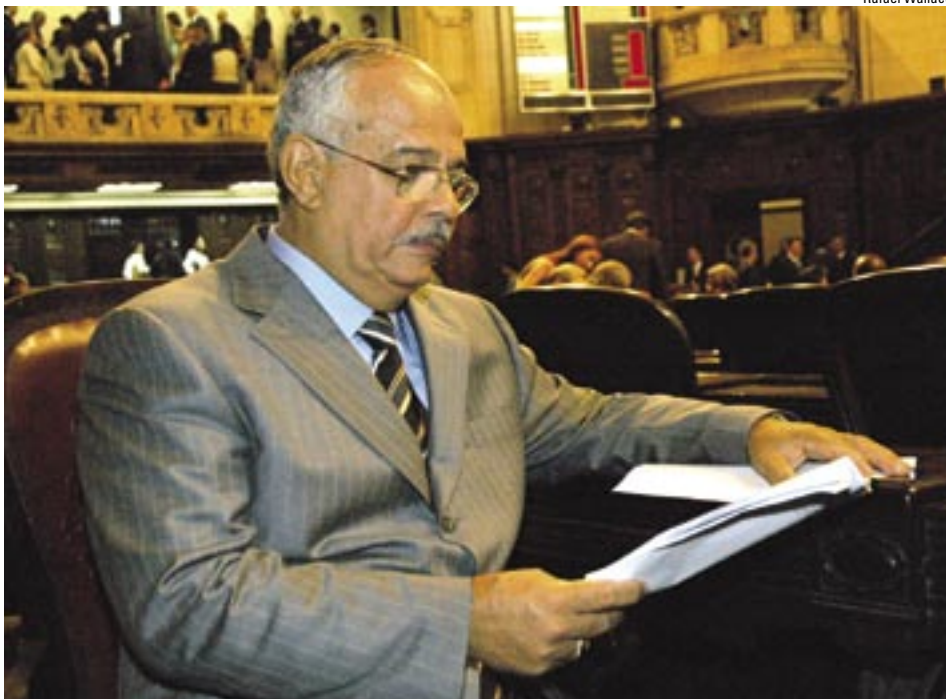
'Vamos diminuir a exclusão digital'

AUGUSTO CARAZZA

Investimentos na inclusão digital para integrar os cidadãos ao século XXI e promover a transparência das ações governamentais. Esta deveria ser, de acordo com o presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Alerj, Samuel Malafaia (PMDB), uma das prioridades do Governo. "Precisamos promover a democratização do acesso a tecnologias de informação e incentivar a criação de mecanismos e políticas públicas que permitam o aprendizado, o acesso e a efetiva incorporação dessas tecnologias", atenta o parlamentar, que apóia o software livre e aberto como estratégia de combate à exclusão digital. Corregedor-geral da Alerj, Malafaia quer trazer para a Casa os excluídos da era digital: o deputado apresentou projeto de resolução que cria, nas dependências da Assembléia, o Centro Popular de Utilização Digital, voltado para estudantes e pessoas de baixa renda.

Qual o balanço que o senhor faz dos trabalhos da comissão em 2005?

Foi um ano de muito trabalho, em conjunto com órgãos importantes para o desenvolvimento econômico e social do Rio de Janeiro. Realizamos seminários em parceria com a Secretaria estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, divulgando projetos e linhas de crédito. Provocamos a discussão das políticas da área com o Proderj, o Clube de Engenharia, a Fundação Oswaldo Cruz e ONGs, e aumentamos nossa capacidade de articulação dentro do Ministério da Ciência e Tecnologia. Também debatemos temas importantes, como a escassez da água e a poluição da Bacia do Rio Paraíba do Sul. Visitamos Angra III e promovemos audiências públicas com setores contrários e a favor da construção da usina nuclear.



Rafael Wallace

No ano passado, um projeto de resolução de sua autoria alterou o perfil da comissão. Por que a mudança?

O Rio de Janeiro tem uma posição de liderança em ciência e tecnologia no cenário nacional, e a Alerj deve contribuir para que o estado fortaleça essa base científica. Quando assumi a co-

nos permitir intermediar parcerias com outros países.

Como o senhor avalia a inclusão digital no Rio de Janeiro?

Nosso estado tem, hoje, um dos maiores programas de inclusão digital do País. O Governo do estado criou um ambiente de aprendizagem fundamental para a inclusão digital. E isso é importante, porque a informática e a Internet já fazem parte da vida das pessoas, e quem não tem acesso à habilidade requerida na era digital, acaba ficando fora do mercado de trabalho.

"Quem não tem acesso à era digital fica de fora do mercado de trabalho"

missão, vi que era necessário ampliar suas atribuições, para que pudéssemos atingir outros segmentos em áreas ainda não contempladas por qualquer comissão técnica da Casa, como telecomunicações e informática. O projeto viabilizou parcerias com a comissão do Congresso Nacional, pela semelhança de ações. Aumentamos de duas para 11 as atribuições da comissão, nos dando maior margem para inserir a área na pauta de debates da sociedade, além de

Como o senhor acredita que a Alerj pode atuar na inclusão digital?

Apresentei um projeto de resolução que cria na Casa o Centro Popular de Utilização Digital, destinado a estudantes e participantes de associações de comunidades de baixa renda. O custo de acesso à Internet chega a atingir 18% da renda familiar, o que deixa muita gente de fora. Equipado com computadores e impressoras, o Centro vai ajudar a minimizar a exclusão digital, propiciando cidadania e oportunidade.